

discurso, ainda que não todas as vezes do nobre colega possam ser providas nesta hora. Gostaria de ver no debate o nobre Deputado Gabriel Hermes, que colaboraria com V. Exa. no esclarecimento do problema. Estou certo de que S. Exa. se bateria também pelo plântio científico da borracha na região amazônica, pois só chegaríamos a resolver o problema do mercado da borracha.

O Sr. Teixeira Gueiros — O Instituto Agrônomo do Norte já começou o replantio, mas só a 10 anos vamos colher os resultados.

O Sr. Gabriel Hermes — A questão da borracha deve ser encarada hoje a base de dados quase científicos e já está perfeitamente estudada. Termine Vossa Excelência o seu discurso, fazendo apenas dois apelos que ajudariam a solucionar o problema: um, ao Ministro da Fazenda, para que mantenha pigre alguma coisa dos 5 bilhões que deve no Plano de Valorização Econômica da Amazônia; outro, a própria Comissão, para que não se desvie do problema sistêmico e básico, isto é, o plântio de azeituneira, que vem sendo abandonado, já tendo sido iniciado pelo Banco. Se conseguirmos o nobre colega essas duas coisas, prestará grande serviço à Nação e à Amazônia.

O Sr. JOÃO MENEZES — Gratuito pelo aparte de V. Exa. Lamento, apenas não tenham sido tomadas as devidas oportunidades, tais medidas. V. Exa. foi Presidente do Banco da Amazônia e, como tal, devia ter providenciado, para que se fizesse o plântio racional da borracha. Apelo a V. Exa. para não precuar dizer o assunto do meu discurso, que diz respeito a profundo interesse nacional.

O Sr. Gabriel Hermes — Devo dizer a V. Exa. que o único plântio racional existente na Amazônia, foi iniciado na minha gestão, abandonado depois, porém, não só pela Valorização da Amazônia, no momento presente, como também pela atual Presidência do Banco. Inevitavelmente por culpa própria da Valorização.

O Sr. Teixeira Gueiros — V. Exa. está convocando. A Valorização amparou. O Ministério é que deixou de dar apoio.

O Sr. JOÃO MENEZES — Faço apelo aos Srs. Deputados para que não tumultuem o final do meu discurso, com discussões personalistas porque desejo referir-me a uma situação...

O Sr. PRESIDENTE — Atenção! A mesa pede aos Srs. Deputados que não apartem o orador, pois S. Exa. dispõe apenas de três minutos para concluir seu discurso.

O Sr. JOÃO MENEZES ... sobre a qual infelizmente não posso ler as cartas que se acham comigo nesta tribuna e assim deixar a Câmara estar resvalando, provando que o que nos falta é trabalho. Agora, talvez, vá a melhor: já se planta borracha na Bahia em São Paulo; portanto, o preço do custo de produção melhorará porque os paulistas e baianos nos ajudarão em defesa do justo pagamento pelo que produzimos.

Sobre o assunto não é demais lembrar artigo publicado no "Correio da Manhã" do dia 23 de novembro de 1956, chamando a atenção do País, do poder público, da Nação Brasileira de que se está fazendo o plântio de borracha no Estado de São Paulo. Adverte ele, no entanto, estamos em vias de resolver um problema criando outro bem maior. Assim, refere-se o articulista àquele mutuílo a situação da Amazônia, da Amazônia longínqua, cujos apelos e reclamos dificilmente chegam aqui na Capital Federal.

Mas continuaremos a nossa luta contra o esbulho que se quer praticar contra a produção da região amazônica. Estaremos aqui na defesa do nosso principal produto e não aceitaremos as justificativas do Conselho Nacional de Economia, quando, na exposição geral da situação econômica do Brasil de 1955 aponta como única solução para a satisfação do consumo da borracha a existência de sintéticos dentro do território nacional. Não podemos aceitar essa conclusão do Conselho Nacional de Economia. Contra ela nos insurgiremos, enquanto esse mesmo Conselho não encontrar uma fórmula, um meio de melhorar o valor do nosso produto, para que ele possa ter incremento. O mais interessante é que o Conselho de Economia, no mesmo livro, a fls. 98, declara que, com um simples processo de corte na seringueira, resultante de estudos feitos por holandeses, podemos ter automaticamente e imediatamente um aumento da produção de 50%. Ora, se isto pode ocorrer, por que não se tenta incontinenti esta solução ao invés de se satisfazer a um grupo de industriais que deseja criar fábricas de sintéticos dentro do território nacional?

Não, Sr. Presidente, haveremos de combater isso, em defesa da nossa região, em defesa de nosso produto básico. Voltaremos à tribuna, mais uma vez, para dizer que se pretende esbulhar a Amazônia. (Muito bem; muito bem, Palmas)

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR ANÍSIO ROCHA, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 6 DE MAIO DE 1957, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA OPORTUNAMENTE.

O SR. ANÍSIO ROCHA:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, desejo congratular-me com o povo glorioso de minha terra pela investidura, no próximo dia 8, no Arcebispo de Jataí no Estado de Goiás, do virtuoso D. Abel Carmelo.

Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para pedir a transcrição em nossos Anais do seguinte discurso proferido a 3 de maio corrente pelo Sr. Presidente da República em Brasília, futura Capital da República:

"Somos capazes de epopéias, nós, homens destes dias atribulados, capazes de gestos criadores, mas hesitamos diante da definição do grandioso. Não sabemos viver conscientemente o que podemos realizar. Temos pudor do sublime, recuamos à perspectiva da possibilidade de de nos envolvermos numa atmosfera exaltada de beleza.

Perdemos todos nós, homens deste momento do mundo, a coragem de enfrentar o mesquítico, a coragem de confessar que participamos de um acontecimento que a história recolherá para sempre e a legenda guardará transfigurado pelo tempo agora.

Existem, de certo, heroísmos em nosso tempo: sucedem-se os fatos impressionantes, mas os feitos e os heroísmos têm de revestir-se de formas normais e cotidianas para que não nos petsiga o receio de nos embobarmos dos excessos, de nos transportarmos para um plano alheio onde o ar de tão purificado se torna irrespirável.

No entanto, por mais que procuremos livrar-nos das expansões fartas; pois mais que desejemos obedecer a esse regra da vida im-

permeável que prescreve a naturalidade em face do extraordinário, temos agora de curvar-nos comovidos, diante da exatidão do que se está verificando aqui, e admitir que esta primeira missão, celebrada no sítio em que se erguerá a futura capital do Brasil, constitui um quadro que o tempo não levará para o esquecimento.

"Estamos, todos nós, filhos dignitários da Igreja Católica Apostólica Romana, autoridades civis e militares, homens do povo e homens de Estado, todos nós, aqui reunidos, estamos vivendo uma hora que a história vai fixar.

Hoje é o dia de Santa Cruz, dia em que a capital recém-nascida recebe o seu batismo cristão; dia em que nela se verifica, pela vez primeira, o mistério da transformação do pão em carne e sangue do Salvador do Mundo; dia em que a cidade do futuro, a cidade que representa o encontro da pátria brasileira com o seu próprio centro de gravitação, recolhe a sua alma eterna, a substância divina do Salvador.

Dia em que Brasília, ontem apenas uma esperança e hoje entre todas a mais nova das filhas do Brasil, começa a erguer-se, integrada no espírito cristão, causa, princípio e fundamento da nossa unidade nacional; dia em que Brasília se torna autenticamente brasileira. Porque desde as suas origens o Brasil existe com a presença de Cristo.

Este é o dia do batismo do Brasil novo. E o dia da Esperança, o dia da Ressurreição da Esperança. É o dia da cidade que nasce Plantamos, com o Sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o do coração da Pátria.

Seja-me permitido formular uma ardente súplica neste momento: que Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil e Mãezinha de Brasília, vele por esta cidade que surge, resguarde os que a vierem habitar, volte os olhos benignos para os homens públicos que daqui deverão dirigir esta Nação, a fim de que eles honrem os nossos maiores e sirvam condignamente às gerações futuras.

Que Brasília se molde na conformidade dos altos desígnios do Eterno; que a Providência faça desta nossa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé.

Ao Espírito Divino, aqui presente dirijo as minhas ardentes preces, para que abençoe o povo brasileiro e que me inspire a mim, homem humilde, a quem a Providência confiou a grande honra e desmesurada tarefa de presidir aos destinos do Brasil nesta hora em que se inaugura uma era nova."

Senhor Presidente, há poucos dias, ainda, eu disse desta Tribuna as minhas impressões do que virá a ser o progresso nacional com a construção de Brasília, face ao trabalho que se impõe na abertura de estradas e outros meios fáceis de comunicação dos Estados com a nova Capital da República; disse do valor regional de Goiás e Mato Grosso, desses dois Estados que só por si poderiam constituir, com suas produções e celeiro do Brasil, tais as suas possibilidades agro pecuárias, possibilidades do conhecimento geral. Falta-lhe, apenas, aparelhamento de meios de transporte.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho pedir providências urgentes, no sentido de que os Poderes competentes atendam ao clamor do povo goiano que se vê insultado em algumas de suas regiões de maiores culturas, nas quais as chuvas transformaram povoações, campos, estradas e pontes em situação de calamidade pública.

Sr. Presidente, se nosso sentimento de humanidade vai até ao altruísmo de prestarmos auxílios aos povos estrangeiros em razão e costumes aos nossos, não nos será permitido o dar de ombros diante dos flagelados nacionais. Para estes, deverá haver uma especial manifestação de nosso sentimento de afeto e compaixão, tocados por essas cenas fortes, diante das quais, brasileiros, algum poderá escender sua comeração por aqueles que estão sofrendo as consequências das intempéries de abundância nas regiões produtivas da Goiás. Principar meios de socorros a nossos irmãos que se vêem a braços com a desdita do futuro, a cidade que representa o encontro da pátria brasileira com o seu próprio centro de gravitação, recolhe a sua alma eterna, a substância divina do Salvador.

Uma coisa, e contar é triste acontecimento; outra é sentido de perda, na própria carne, como estão sofrendo os heróicos desbravadores dos sertões longínquos, forçando sempre pela nossa grandeza, sem nos pedirem algo para si mesmo. Impedem-nos, portanto, o dever de protegê-los e dar-lhes algum auxílio.

As notícias recebidas através dos jornais, são as mais dolorosas possíveis: povoações inundadas, desabrigadas; um grande contingente de famílias campos submergidos pelos aguaceiros; estradas desfeitas pelas correntezas das águas; pontes destruídas pelas terríveis enchentes das rios e ribeiras; estradas de ferro desmanteladas e rebanhos de gado bovino morrendo atolado. Que triste situação, deve ser essa, Sr. Presidente! Que dançoso espetáculo defrontam aqueles que, com profunda tristeza, vêem seus haveres desaparecerem nessa hecatombe provinda da inclemência atmosférica, desgraça que não será somente do agricultor, mas também da Nação, pela perda de tantas boas preparadas para a batina do povo!

Nessa situação de insulamento em que se encontra quase todo o Estado de Goiás, não haverá prejuízo, apenas, o que diz respeito às restrições de suas exportações e às perdas de seus produtos, saída quase em massa. Os produtos que recebe de outros Estados, de São Paulo, principalmente, estão sendo vendidos por preços astronômicos. As comunicações que estão sendo feitas pelo Sudoeste de Goiás, num percurso de 1.600 quilômetros, dá motivo a que um quilo de mercadoria custe, só de transporte Cr\$ 12,00; a gasolina, vende-se a Cr\$ 13,00 o litro... e tudo mais nessa ordem de exploração por aqueles que se aproveitam dessas oportunidades para dar expansão à sua ganância, sem escrúpulo, nem piedade para os que sofrem.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Estado de Goiás está vivendo dias amargos, de profundo desespero. A vida pastoril e agrícola, total: a paralização, estão causando sérias dificuldades à economia popular e às finanças estaduais e municipais, que, sem recursos, se vêem impossibilitados de resolver esse estado aléptico em que se encontra o povo goiano.

Não estou dramatizando a deplorável situação daquele Estado que vou

Sexta-feira 10

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Mrio de 1957 2003

sofrendo um longo período de chuvas torrenciais. O que hoje não mais é o relato do que me foi contado por homens que merecem nosso respeito e acatamento. E dizem-nos, também, sem aspecto de tragédia, os períodos locais, pois a situação não comporta novidades ou romantismo. Foram-me contados ao vivo por gente que tinha estado em suas faces o grande pesar de quem está sofrendo o fardo de uma desgraça que perdurará se o Governo não tomar providências para uma solução imediata, colocando-se na situação angustiada daqueles que foram atingidos pela incidência das chuvas.

Sr. Presidente, permitam-me que, desta Tribuna, lance um apelo ao Sr. Presidente da República para que Sua Excelência determine as providências que se impõem para resolver, de pronto, as dificuldades ora verificadas nos meios de transporte daquele Estado, a fim de que o povo goiano possa voltar à sua vida normal, cultivando seus campos, representando seus rebanhos e desfrutando a Nação o benefício dos trabalhos por essa gente que não desanima diante de tantos contratempos.

A solução para os estragos causados nas estradas de rodagem e de ferro, não é coisa fácil, tal o estado em que se encontram; mas, não é impossível resolver. O que é preciso, compreender-se e avaliar-se, são os prejuízos causados pela paralisação dos trabalhos agrícolas do Estado de Goiás que grande diferença representaria no abastecimento dos centros consumidores.

Repeito meu apelo, Sr. Presidente, dirigindo-o à compreensão dos homens que sentem na sua própria consciência o sofrimento alheio e que sabem por acima de outros ideais, aquele que traduz o amor ao próximo, pois, só assim estaremos em caminho para dias melhores que todos nós devemos propiciar para um Brasil maior! (Muito Bem)

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR NEIVA MOREIRA PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 6 DE MAIO DE 1957, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA OPORTUNAMENTE.

O SR. NEIVA MOREIRA:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico está obrigado a investir vinte e cinco por cento de suas rendas nas áreas sub-desenvolvidas do país, fórmula mais ampla da patriótica emenda do Deputado Colombo de Souza ao projeto que dispõe sobre o regime financeiro do Banco. Posteriormente, o Congresso, por larga margem, rejeitou o veto do Presidente da República à obrigação legal de depósito das importâncias correspondente aquela porcentagem, à ordem do próprio Banco, de maneira a impedir que a sua movimentação ficasse ao critério discriminatório de qualquer autoridade lazarária. O Norte e o Nordeste, o Maranhão inclusive, são as regiões mais diretamente beneficiadas pela emenda que, só este ano, resultará num montante aproximado de um bilhão e meio de cruzeiros para aquele fim.

Senhor Presidente, essa medida destina-se a ter a maior repercussão na vida econômica do nosso país, além de contribuir bastante para reduzir as discriminações que se acentuam entre as zonas mais intensamente desenvolvidas do sul, para onde convergem as maiores somas de crédito e investimentos públicos e aquelas outras, do norte e do centro, sem quaisquer condições de desenvolvimento econômico. Essas di-

ferenças, senhores deputados, acentuam-se de ano a ano e não vejo, da parte do Executivo, uma vigorosa política capaz de contê-las ou eliminá-las, criando, para o país, um problema de Estado, que ainda não foi suficientemente examinado e encarado pelos homens do governo.

Em relação a emenda Colombo de Souza, que todos nós, do Norte e Nordeste apoiamos calorosamente e por ele desenvolvemos todos os esforços aos nosso alcance, devemos impedir que medida tão patriótica do Congresso possa tornar-se inócuo, se não forjarmos, simultaneamente, os instrumentos de ação através dos quais se efetive um plano de assistência econômica às áreas sub-desenvolvidas do país. Todos nós sabemos, senhores deputados, como é complexo o mecanismo dos financiamentos como uma cadeia de praxes burocráticas e de exigências nem sempre equitativamente distribuídas, dificultando as concessões de crédito desatimando muitas iniciativas promissoras. Além do mais, há um espírito tecnicista, cujo exagero pode ser tão nocivo quanto a sua ausência, sobretudo na exigência prévia de mercados, quando, a nosso ver, o Banco do Desenvolvimento Econômico deve, pela sua própria missão, atuar sobre possibilidades objetivas, sem a preliminar da existência de condições que só a sua interferência poderá vir a criar. Não pode o Banco separar de sua condição peculiar, a tarefa premissa de estimular o desenvolvimento e de criar, para este, condições favoráveis. Daí porque, senhor Presidente, reputo necessário que se faça algo mais do que esperar detrás de uma carteira a solicitação do financiamento. Deve o Banco, nesse passo, funcionar como uma agência orientadora de empreendimentos, mediante o estudo de condições locais que o habilitem a orientar as iniciativas, de revelar possibilidades desconhecidas de produção e de mercados aním, uma verdadeira obra de assistência econômica. Feito isso, o Banco terá já um fator relevante na política de impedir que se acentuem as diferenças atuais, tão grande quanto portadoras de preocupações para o futuro e o presente da nossa nação.

Quero, assim, senhor Presidente, sugerir ao Presidente do Banco do Desenvolvimento Econômico, senhor Lucas Lopes e a sua Diretoria que enviem às áreas previstas na Lei uma Missão, para travar contacto com as realidades locais, examinar a situação dos seus parques de indústrias, dos seus serviços públicos que demandam créditos, de riquezas cuja exploração poderá modificar, essencialmente, a situação dos Estados interessados. Essa missão econômica poderá ter uma estruturação mais executiva, com uma organização adequada, e a plasticidade necessária para uma situação eficiente e objetiva, sem aquele caráter meramente especulativo e até certo ponto inócuo de outras que em diferentes épocas, tanto têm contribuído para acentuar as nossas esperanças.

Uma missão assim, não encontrarei no meu Estado, que aqui cito como um exemplo típico, uma situação verdadeiramente crítica na sua decisiva indústria de tecidos, localizada em São Luiz, Caxias e Codó. Essa indústria emprega milhares de operários, contribui com uma parte essencial da renda do Estado, ajuda a consumir a nossa produção algodoeira. Motivos que não deixo aqui examinar, mas que, em parte, resultam das dificuldades de financiamentos, condenam esse parque ao desaparecimento, com as piores repercussões para a vida do Maranhão. Sua

produção torna-se anti-econômica, porque as fábricas não acompanharam o ritmo da transformação manufatureira. A Missão do Banco poderia examinar esse problema e sugerir soluções práticas e executáveis, examinando, no tempo outros semelhantes, sobretudo no campo decisivo da energia elétrica. A reorganização da pecuária maranhense e outro problema que poderia merecer a sua atenção, de sorte a retirá-la do empirismo em que se encontra a abrir através da industrialização local, perspectivas novas e mais amplas.

Como o Maranhão, em outros Esta-

dos acumulam-se problemas da mesma ordem. Não podemos admitir que importâncias desse vulto sejam mal empregadas ou até mesmo que a falta de uma orientação adequada, não venha a ser. Seria um erro fatal, que comprometeria toda uma política que a disposição legal expressa.

Senhor Presidente, dirijo, assim, um apelo, naquele sentido à Diretoria do Banco, que certamente de ver a sociedade a uma obra verdadeiramente patriótica, qual seja a de acionar o progresso do Norte e do Nordeste do Brasil. (Muito Bem)

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ACTOS DO SENHOR DIRETOR GERAL

O Sr. Diretor Geral concedeu, em 9 de maio de 1957, salário-família de Cr\$ 550,00 mensais ao Auxiliar de Escritório, classe K, Nilo de Moraes Fagundes, em relação ao seu dependente Roberto Santana Paganha, a partir do mês de abril próximo passado.

Retificação

Substituiu-se na escala de férias publicada no "Diário do Congresso Nacional" de 15 de dezembro de 1956 e relativa ao funcionário abaixo, o período constante pelo seguinte:

Auxiliar de Portaria, classe J, Sandoval Ribeiro da Silva — 24 de junho a 23 de julho.

Diretoria do Pessoal, em 9 de maio de 1957. — Miguel Gonçalves de Ulhoa Cintra, Chefe da S.P.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE

Seção do Expediente

RESENHA DOS OFÍCIOS

EXPEDIDOS

Ofícios expedidos em 3 de maio de 1957:

N.º 540 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.338-57, do Sr. Deputado Oscar Passos.

N.º 541 — Ao Sr. Ministro da Guerra. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.339-57, do Sr. Deputado Armando Lage.

N.º 542 — Ao Sr. Ministro da Fazenda. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.340-57, do Sr. Deputado Selgas Dória.

N.º 543 — Ao Sr. Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República. Transmite o Requerimento n.º 2.341-57, do Sr. Oscar Passos.

N.º 544 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.342-57, do Sr. Deputado Oscar Passos.

N.º 545 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.343-57, do Sr. Deputado Oscar Passos.

N.º 546 — Ao Sr. Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.344-57, do Sr. Deputado Adahil Barreto.

N.º 547 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.345-57, do Sr. Deputado Oscar Passos.

N.º 548 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.346-57, do Sr. Deputado Leonardo Barbieri.

N.º 549 — Ao Sr. Ministro da Agricultura. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.347-57, do Sr. Deputado Miguel Leuzzi.

N.º 551 — Ao Sr. Ministro do Departamento da Fazenda do Estado

do Rio Grande do Norte. Solicita certidão de tempo de serviço de Justiça Jorge Moreira, enfermeiro do Quarta-Gesta Câmara, que alega ter prestado no Departamento de Saúde Pública desse Estado.

N.º 552 — Ao Sr. Superintendente Comercial da Companhia Telefônica Brasileira. Solicita transferência do Telefone 52-4433, do local onde se acha, para o 4.º andar do Palácio Tiradentes.

Ofícios expedidos em 6 de maio de 1957:

N.º 553 — Ao Sr. Ministro da Justiça. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.346-57, do Sr. Deputado Oscar Passos.

N.º 554 — Ao Sr. Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.348-57, do Sr. Deputado João Menezes.

N.º 555 — Ao Sr. Ministro da Agricultura. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.350-57, do Sr. Deputado Filinto Lemos.

N.º 556 — Ao Sr. Ministro da Fazenda. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.351-57, do Sr. Deputado Tenório Cavalcanti.

N.º 557 — Ao Sr. Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.352-57.

RESENHA DOS OFÍCIOS

EXPEDIDOS

Ofícios expedidos em 6 de maio de 1957:

N.º 558 — Ao Sr. Ministro das Relações Exteriores. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.353-57, do Sr. Deputado Newton Carneiro.

N.º 559 — Ao Sr. Ministro da Fazenda. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.355-57, do Sr. Deputado Carlos Lacerda.

N.º 560 — Ao Sr. Ministro do Gabinete Civil da Presidência da República. Transmite o teor do Requerimento n.º 2.356-57, do Sr. Deputado Georges Galvão.

N.º 561 — Ao Sr. Ministro do Departamento de Segurança Pública. Solicita licença para porte de arma ao motorista do Senhor Presidente desta Câmara, Emílio Gabriel.

N.º 562 — Ao Sr. Ministro do Departamento de Ordem Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública. Solicita licença para porte de arma ao motorista do Senhor Presidente desta Câmara, Emílio Gabriel.

N.º 563 — Ao Sr. Ministro do Serviço de Biometria Médica do Ministério da Saúde. Encaminha José Inhamara Braga, a fim de ser submetido a exame de saúde, para efeito de Datilógrafo no quadro desta Secretaria.

N.º 564 — Ao Sr. Primeiro Secretário do Senado Federal. Encaminha